

**REVIEW OF ROBERT PHILLIPSON, *LINGUISTIC IMPERIALISM*. OXFORD:
OXFORD UNIVERSITY PRESS, 1992.**

JOHN ROBERT SCHMITZ
(UNICAMP)

O título deste livro é bastante sucinto. Que significa “imperialismo lingüístico”? Em que contexto ou situação ele se manifesta? Um outro título, embora muito longo, que talvez melhor descreva o conteúdo desta publicação seria “Anglo-American and French Linguistic Imperialism in Developing and Under-developed Nations of the World” (O Imperialismo lingüístico Anglo-Americano e Francês nas Nações em Desenvolvimento ou Subdesenvolvidas do Mundo). Robert Phillipson, professor dinamarquês de língua inglesa e pedagogia de ensino de língua junto à Universidade de Roskilde (Dinamarca), tem uma longa experiência no campo de ensino de língua inglesa, lingüística e lingüística aplicada. Além desta atuação, Phillipson tem vários trabalhos individuais e outros em co-autoria sobre os problemas lingüísticos e culturais acarretados pela herança do colonialismo britânico, em várias partes do mundo, e do colonialismo francês, especificamente na África. Antes de sua Publicação, *Linguistic Imperialism* foi apresentado como tese de doutoramento e defendida em 1990 junto à Universidade de Amsterdam. O núcleo do trabalho está baseado numa série de entrevistas concedidas ao autor por parte de oito especialistas: Roger Bowers, Christopher Brumfit, Neville Grant, Bernard Lott, George Perren, Sir Randolph Quirk, Peter Strevens e Henry Widdowson, todos especialistas de renome no campo de estudos da linguagem, seja lingüística seja lingüística aplicada. Phillipson integrou as referidas entrevistas com a sua análise das várias fontes citadas. Teria sido útil ter acesso a estas entrevistas separadamente numa transcrição apresentada num apêndice. Mas o livro não se destaca unicamente pelas entrevistas concedidas. O que distingue esta obra que integra a série *Oxford Applied Linguistics* da Oxford University Press é a sua interdisciplinaridade, pois o autor lança mão de uma vasta bibliografia especializada das ciências sociais, em particular, sociologia, antropologia e ciência política, além das muitas obras importantes nas áreas de lingüística, sociolingüística, planejamento lingüístico, metodologia de ensino de línguas, teoria de aquisição/aprendizagem de segunda língua e língua estrangeira. Este livro é de interesse para todos que trabalham na área dos estudos da linguagem, de língua materna e segunda língua, de um lado e, de planejamento lingüístico e educação (ensino) bilingüe, de outro.

Phillipson faz um apelo para uma lingüística aplicada crítica que leva em conta as reais necessidades dos países sub-desenvolvidos, livre do domínio de modelos

formulados pelos centros de saber dos países desenvolvidos. Com o intuito de analisar o papel do ensino de inglês como língua estrangeira, isto é, “English Language Teaching” (doravante ELT) no cenário internacional, o autor de *Linguistic Imperialism* argumenta a favor da tese que determinadas línguas, e a linguagem em geral, levam à criação e à manutenção de desigualdades sociais, econômicas e culturais. O veículo do tipo de imperialismo a que se refere Phillipson são as línguas internacionais de amplo acesso, em particular a língua inglesa e também a língua francesa, que devido a sua expansão territorial e sua posição dominante no mundo, contribuem para impedir que outras línguas concorram livremente, diminuindo o seu papel e até eliminando as mesmas no uso diário, na imprensa, no sistema educacional e na vida política de determinadas sociedades, especificamente nos países não-industrializados. Trata-se de um imperialismo de muitas facetas: primeiro, um imperialismo cultural que promove a língua e as culturas e as literaturas inglesa e norte-americana em vários países do mundo mesmo quando elas não tenham nenhuma relevância para esses países; segundo, um imperialismo econômico que incentiva o consumo de produtos pedagógicos elaborados nas duas “metrópoles” ou dois centros de poder - Grã-Bretanha e os EUA, em detrimento da elaboração de livros nacionais, mantendo assim uma dependência por parte das nações em desenvolvimento e subdesenvolvidas; terceiro, um imperialismo lingüístico que impede a utilização de línguas nacionais, regionais ou locais. O carro chefe da língua inglesa é O Ensino de Língua Inglesa, uma verdadeira “empresa” que contrata, por um lado, lingüistas e lingüistas aplicados como consultores e, por outro lado, emprega conselheiros ou peritos em repartições governamentais ou semi-governamentais como técnicos e administradores. No topo da hierarquia se têm os consultores, conselheiros e técnicos que dominam os que são responsáveis pelo ensino: o corpo docente na maior parte integrado por mulheres, mão de obra normalmente mal-remunerada (vide Pennycook 1989, 1990)¹.

O antigo império britânico foi substituído pelo império de ELT, um negócio ou indústria de um bilhão de libras esterlinas (McCallen, 1989)². Para Phillipson, é irônico que esta “indústria” transnacional tenha sua “matriz” na Grã-Bretanha e nos EUA, dois países bastante atrasados na aprendizagem de línguas estrangeiras (p.5).

O autor ressalta que o profissionalismo e a seriedade de pesquisa na área de ensino/aprendizagem de línguas é uma realidade com uma gama de revistas especializadas, com centros de pós-graduação de renome e com o apoio de entidades governamentais como o Conselho Britânico, o Serviço de Informação dos EUA, Centro de Lingüística Aplicada de Washington, D. C. e a Fundação Ford. Mas o objetivo do livro é o de questionar este estado de coisas com o intuito de examinar criticamente o papel da pedagogia de ensino de idiomas, especificamente a língua inglesa.

Com o objetivo de patentear o valor deste livro e a seriedade do autor, vale a pena comentar a bibliografia que abrange um leque muito grande de temas e assuntos ligados

¹ A. Pennycook. “The Concept of Method, Interested Knowledge, and the Politics of Language Teaching”, *TESOL Quarterly*, Vol. 23, No. 4: 589-618, (December), 1989; A. Pennycook. “Towards a Critical Applied Linguistics for the 1990s”, *Issues in Applied Linguistics*. 1/1: 8-28.

² McCallen, B. **English: A World Commodity. The International Market for Training in English as a Foreign Language**. Special Report 1166, London: The Economist Intelligence Unit.

ao cerne desta obra como, por exemplo, (i) ideologia, (ii) imperialismo e (iii) colonialismo. Desta forma, os leitores desta resenha terão condições de se cientificarem dos artigos e livros fundamentais utilizados na elaboração desta Publicação. Cumpre também observar que a bibliografia da obra de Phillipson não é de acesso fácil, disponível somente nos acervos mais especializados, encontrada nos países desenvolvidos que, diga-se de passagem, têm o poder aquisitivo para a organização de grandes bibliotecas. Digno de louvor, é a citação de fontes de especialistas dos próprios países subdesenvolvidos com seus diferentes pontos de vista sobre os resultados e conseqüências do colonialismo do século XIX (caracterizado pelo estabelecimento de impérios “além mar” por parte dos grandes potências da época) e o neo-colonialismo trazido pelo império de ELT.

No que diz respeito ao estudos sobre ideologia, há os trabalhos de Apple (1979), Apple, org. (1982)³, ambos sobre a relação entre ideologia e educação; o de Bocock (1986)⁴, sobre hegemonia e ainda outro sobre a relação da linguagem com o poder, Fairclough (1989)⁵; e um outro trabalho muito importante da autoria de Flaitz (1988)⁶ que relata a percepção francesa da ideologia da língua inglesa. Quanto à bibliografia pertinente ao estudo de ideologia e sua relação com o imperialismo e o colonialismo, destacam-se os trabalhos de Mey (1985)⁷, de Hvalkof e Aaby (1981)⁸, Wardhaugh (1987)⁹, Krameræe, Schultz e O’Barr (1984)¹⁰, Said (1978), (1990)¹¹ e Hobson (1902)¹², uma obra clássica sobre o tema. Básico para a proposta de Phillipson é a teoria de imperialismo de Galtung (1980:121)¹³ que postula seis diferentes tipos de imperialismo: (i) econômico, (ii) político, (iii) militar, (iv) comunicativo, (v) cultural e (vi) social. Quatro mecanismos servem como instrumentos para a imposição imperialista: (i) exploração, (ii) penetração, (iii) fragmentação e (iv) marginalização. O papel do ELT, segundo Phillipson, marginaliza as diferentes línguas nacionais e

³ Apple, M.V. **Ideology and Curriculum**. London: Routledge and Kegan Paul, 1979; Apple, M. V. (ed.) **Cultural and Economic Reproduction in Education: Essays on Class, Ideology and the State**. London: Routledge and Kegan Paul, 1982.

⁴ Bocock, R. **Hegemony**. Chichester: Ellis Horwood and Tavistock, 1986.

⁵ Fairclough, N. **Language and Power**. Harlow: London, 1989.

⁶ Flaitz, J. **The Ideology of English: French Perceptions of English as a World Language**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1988.

⁷ Mey, J. **Whose Language? A Study in Linguistic Pragmatics**. Amsterdam: John Benjamins, 1985.

⁸ Hvalkof, P. e S. Aaby. **Is God American? An Anthropological Perspective on the Work of the Summer Institute of Linguistics**. Copenhagen: International Work Group for Indigenous Affairs and London: Survival International, 1981.

⁹ Wardhaugh, R. **Languages in Competition: Dominance, Diversity and Decline**. Oxford: Blackwell, 1987.

¹⁰ Krameræe, C., M. Schultz e W. M. O’Barr. orgs. **Language and Power**. Beverly Hills, Calif.: Sage, 1984.

¹¹ Said, E. **Orientalism**. Hardmonsworth: Penguin, 1978; Said, E. “Figures, Configurations, Transfigurations”, **Race and Class**. 32/1: 1-16.

¹² Hobson, J. A. **Imperialism, a Study**. London: Allen and Unwin, 1902.

¹³ Galtung, J. **Methodology and Development. Essays in Methodology**, vol. 3. Copenhagen: Christian Ejlertsen, 1988.

regionais nos países “pobres”, localizados no hemisfério sul na África e na Ásia. Em vários países do mundo subdesenvolvido, os respectivos sistemas escolares obrigam os discentes, em muitos casos, a se alfabetizarem e cursarem matérias em inglês ou francês. O privilegiamento destas línguas dominantes, por um lado, acarreta a criação de um elite local, uma minoria, que consegue aprender as referidas línguas e, por outro lado, uma maioria que tem um conhecimento rudimentar ou absolutamente nenhum conhecimento destas línguas internacionais. O resultado na prática é a criação de “uma nação” dentro de outra.

No entanto, o papel do ELT é completamente diferente nas sociedades desenvolvidas localizadas no hemisfério norte, como no caso dos países escandinavos, onde, segundo Phillipson (p.117), a língua inglesa pode ser aprendida como uma segunda língua sem o deslocamento das línguas escandinavas de seu lugar de prestígio nas escolas primárias e secundárias e sem o apagamento das respectivas línguas, literaturas e culturas nos cursos universitários. No caso dos países africanos, o ELT e o francês impedem o estudo de línguas africanas não somente nas escolas mas também nas universidades.

No caso do Brasil, Busnardo e Braga (1987:29) reconhecem o perigo do domínio cultural do ELT no País. As autoras recomendam um processo de reflexão crítica perante a língua inglesa e acreditam que a pedagogia de línguas estrangeiras deveria incentivar uma percepção crítica da realidade brasileira e das próprias sociedades estrangeiras por parte dos alunos. A colocação de Busnardo e Braga é pertinente para México e os outros países das Américas.

No decorrer do livro, Phillipson apresenta o conceito “lingüicismo”, um termo neológico por ele desenvolvido em vários outros trabalhos: Phillipson e Skutnabb-Kangas (1983, 1985, 1986)¹⁴. O autor define lingüicismo como “..... ideologias, estruturas e práticas que são utilizadas para legitimar, efetuar e reproduzir uma divisão desigual do poder e dos recursos (materiais e imateriais) entre grupos com base na linguagem” (p. 47). [tradução nossa]. De acordo com a colocação de Phillipson, o imperialismo lingüístico do inglês promovido pelo ELT (ou qualquer outra língua dominante de amplo acesso) é um subtipo de lingüicismo. Cumpre observar que este lingüicismo é intimamente ligado ao “racismo lingüístico”, termo esse proposto por Calvert (1987) que se refere “..... à ideologia da superioridade lingüística associada com línguas dominantes” (p. 104) [tradução nossa]. Phillipson comenta os trabalhos de Calvert (1974, 1979 e 1987)¹⁵ com estas palavras:

¹⁴ Phillipson, R. e T. Skutnabb-Kangas, **Cultilingualism-Papers in Cultural and Communication (In)competence**, ROLIG-papir 28, Roskilde Universitetscenter, 1983; Phillipson, R. e T. Skutnabb-Kangas, “Applied Linguistics as Agents of Wider Colonisation: the Gospel of International English”, In: J. Pleines, (org.) **Sprachenkonkurrenz und gesellschaftliche Planung. Das Erbe des Kolonialismus**. Osnabrück: Osnabrücker Beiträge zur Sprachtheorie 31, 1985; Phillipson, R. e T. Skutnabb-Kangas, **Linguicism Rules in Education**. Roskilde: Institute VI, Roskilde University Centre (3 vols.), 1986

¹⁵ Calvert, L.-J. **Linguistique et Colonialisme: Petit Traité de Glottophagie**. Paris: Payot, 1974; Calvert, L.-J. **Langue, Corps e Société**. Paris: Payot, 1979; Calvert, L.-J. **La Guerre des Langues et les Politiques Linguistiques**. Paris: Payot, 1987.

A idéia da universalidade da língua francesa apregoada durante o século XVIII, numa época em que apenas uma minoria de cidadãos da França falava a língua francesa, se deve ao fato de que essa língua foi a língua internacional dos grupos europeus governantes. Além de argumentos funcionais, uma ideologia fundamentalmente racista de superioridade (elegância, clareza, a ordem natural de sua sintaxe) foi disseminada: as línguas que não tinham a mesma sintaxe do francês não eram consideradas “lógicas” e por esta razão, inferiores (p. 104) [Tradução nossa].

Feitos os comentários acima apresentados sobre a obra em questão, cabe perguntar: quais são as conseqüências das colocações do autor a respeito do imperialismo lingüístico e lingüicismo resultante? A língua inglesa através do ELT está muito arraigada como segunda língua em várias partes do mundo. Essa situação não seria irreversível? É possível desfazer os crimes cometidos pelos antepassados? Phillipson não responde a estas perguntas. Todavia, é muito salutar a preocupação do autor com o futuro das línguas “nativas” na África e na Ásia. Foi a participação intelectual de vários lingüistas e lingüistas aplicados, através de suas respectivas universidades, em colaboração (em conluio?) com as diferentes entidades governamentais que as línguas internacionais foram prestigiadas em detrimento das diferentes línguas de expressão nacional. Bull (1964: 528) (não citado por Phillipson) representa o pensamento nas disciplinas das décadas de 50 e 60 ao descartar o uso de línguas nacionais no ensino por considerar as mesmas deficientes em vocabulário técnico e científico e desprovidas de material escrito para uso no ensino. Phillipson questiona a premissa de que somente as línguas internacionais servem para alfabetizar e apresentar conteúdos programáticos das disciplinas básicas das escolas de 1º e 2º graus.

Importante na análise de Phillipson é o apelo para se rever o papel da Lingüística Aplicada no que diz respeito ao imperialismo lingüístico. Os lingüistas aplicados não devem fingir que são neutros na questão lingüística. Nenhuma ciência é neutra. É preciso reconhecer as injustiças que foram feitas no passado e tentar pensar em soluções com a finalidade de respeitar os direitos lingüísticos de grupos minoritários nos diferentes países do mundo.¹⁶

Phillipson não pormenoriza as línguas africanas que poderiam ser desenvolvidas para fazer o papel de línguas nacionais. Quais línguas serviriam como candidatas a idiomas nacionais? Não se deve esquecer que um grande número de países são multilingües e que o multilingüismo no continente africano e outras partes do mundo é a regra e não a exceção. Phillipson dedica a maior parte do livro ao imperialismo lingüístico do ELT e menos espaço ao imperialismo lingüístico e lingüicismo francês. Isto é compreensível, pois o estudo do lingüicismo nos países francófonos ocuparia outro volume.

Mas é de se estranhar que não haja nenhum comentário sobre o papel da língua portuguesa nos países de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé

¹⁶ F. Gomes de Matos, "The Linguistic Rights of Language Learners", **Language Planning Newsletter**, 11/3:1-2, 1985.

e Príncipe. Seria interessante fazer um estudo sobre a política lingüística de Portugal nos referidos países.

Garcez (1995) observa que a proposta de reforma ortográfica da língua portuguesa de 1990 é percebida por alguns portugueses como uma tentativa de substituir as normas da variedade do português de Portugal para as normas da variedade brasileira.

Em resumo, *Linguistic Imperialism* é leitura essencial para os que têm interesse na sociologia da linguagem, na política do idioma, no planejamento lingüístico e no ensino bilingüe. O livro representa uma apelo para uma conscientização a respeito dos direitos lingüísticos, especialmente dos direitos das minoriais étnicas e raciais. O livro merece um lugar nas estantes dos estudiosos tanto da linguagem como das ciências sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BULL, William. The Use of Vernacular Languages in Fundamental Education. In: Dell Hymes, ed., *Language in Culture and Society*. New York: Harper & Row, 1964.
- BUSNARDO, JoAnne e Denise Braga. Language and Power: On the Necessity of Rethinking English Language Pedagogy in Brazil. In: SANDRA J. Savignon e Margie S. Berns, eds. *Initiatives in Communicative Language Teaching II*, Reading, Mass.: Addison-Wesley Publishing Company, 1987.
- GARCEZ, Pedro M. The Debatable 1990 Luso-Brazilian Orthographic Accord. *Language Problems and Language Planning*, Vol. 19: 151-178, No. 2, (Summer), 1995.